

FACULDADE SÃO MARCOS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL:
INCLUSÃO

ALEXANDRA CHAVES
NERCINDA DE FATIMA DE VARGAS ALVES
OLINA DE ARAUJO SPIGOLON
RUTHINÉA TOSCAN RIZZON

A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE UM PLANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
NO MUNICÍPIO DE SÃO MARCOS

SÃO MARCOS
2016

**ALEXANDRA CHAVES
NERCINDA DE FATIMA DE VARGAS ALVES
OLINA DE ARAUJO SPIGOLON
RUTHINÉA TOSCAN RIZZON**

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE UM PLANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
NO MUNICÍPIO DE SÃO MARCOS**

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Atendimento Educacional Especializado, pelo Curso de Pós-Graduação da Faculdade de São Marcos.

Orientadora: Professor (a). Dra. Maira Bernardi

SÃO MARCOS
2016

A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DE UM PLANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO MARCOS¹

Alexandra Chaves²

Nercinda de Fátima de Vargas Alves³

Olina de Araujo Spigolon⁴

Ruthinéa Toscan Rizzon⁵

Resumo

Este trabalho tem como tema o imperativo da implantação de um Plano Municipal de Educação Especial no município de São Marcos, bem como a formação continuada para professores que trabalham com alunos que possuem necessidades educacionais especiais (NEE). O artigo faz uma reflexão sobre os desafios da docência, ponderando sobre a teoria e a prática da inclusão. O mesmo foi baseado em pesquisa de abordagem qualitativa com a realização de estudo de campo e bibliográfico. A análise dos estudos e dos resultados aponta para a necessidade da formação continuada para os docentes e da implantação do Plano Municipal da Educação Especial no Município de São Marcos.

Palavras-chave: Docência. Educação Inclusiva. Formação Continuada. Plano Municipal de Educação Especial.

1. INTRODUÇÃO

O artigo desenvolvido baseou-se em pesquisas bibliográficas e na pesquisa de campo, constituída por questões abertas e fechadas. O estudo buscou identificar os desafios da atuação docente do educando com necessidade especial (NEE).

O questionário foi aplicado a professores da rede municipal de ensino, dos anos iniciais da escolarização, de cinco escolas do município de São Marcos/RS. Para este estudo também buscamos um embasamento teórico para alicerçar os fatos estudados e fazer a relação entre o discurso e a prática existente neste contexto. O objetivo geral do trabalho foi analisar a importância da constituição de

¹ Artigo de Conclusão do Curso de Pós-Graduação em Atendimento Especializado: Inclusão da Faculdade de São Marcos sob orientação da Profa. Dra. Maira Bernardi.

² Alexandra Chaves, Pedagoga - Educação infantil e Séries iniciais, Professora de Língua Inglesa, achaves1@ucs.br

³ Nercinda de Fátima de Vargas Alves, Pedagoga - Educação Infantil e Séries Iniciais, Pós-Graduada em Administração Educacional nercindafatimaalves@gmail.com

⁴ Olina de Araujo Spigolon, Pedagoga - Educação Infantil e Séries Iniciais. olinaaraujo@hotmail.com

⁵ Ruthinéa Toscan Rizzon, Pedagoga - Séries Iniciais, Psicopedagoga, Professora do AEE e Laboratório de Aprendizagem, ruthinea1@hotmail.com

um plano municipal de educação especial, assim como a formação continuada dos docentes que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais (NEE), nos anos iniciais do ensino fundamental.

Conforme dados obtidos junto a Secretaria Municipal de Educação, as escolas estão recebendo cada vez mais alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Desta forma, foram feitas algumas adequações nas mesmas, também constituídas as salas de recursos multifuncionais (SRM) para a realização do atendimento educacional especializado (AEE) no ano de 2012. No entanto, não existe nenhuma formação específica para os professores que possuem alunos incluídos em suas salas de aula.

Sabemos que o aluno com necessidades especiais tem o direito de frequentar escolas regulares e é um direito constitucional. A recente lei Nº 13.146/15 do Estatuto da Pessoa com Deficiência promove um avanço para que as barreiras sejam eliminadas e que as diferenças sejam minimizadas entre todos principalmente no Capítulo IV, que trata Do Direito a Educação.

Salientamos, também, que a escola tem importante papel na aceitação destas crianças como também na valorização das diferenças, procurando proporcionar uma educação de qualidade. Desta forma, é importante que o município tenha o seu próprio Plano de Educação Especial para suprir as carências que envolvem o contexto escolar, principalmente no que se refere ao professor, ao exercício da docência e a inclusão.

Sabemos que os desafios são muitos, principalmente no que se refere a inclusão. Desta forma, é pertinente que se faça uma reflexão acerca deste assunto, visando a superação do preconceito ainda existente. Por esse motivo, defendemos ainda a importância da formação continuada, a fim de despertar o interesse dos profissionais envolvidos.

2. OS DESAFIOS DA DOCÊNCIA

Ser professor é uma profissão gratificante. Muitos dos professores que passaram por nossas vidas, deixaram marcas positivas e outras, nem tanto. Entendemos que os professores auxiliam na construção de conhecimentos, sendo, geralmente, os docentes dos anos iniciais do ensino fundamental, os mais

lembrados pelos alunos. Imagina-se, então, a sua importância para as crianças com NEE.

Neste sentido, acreditamos ser importante que os docentes tenham a compreensão de que incluir não é simplesmente aceitar os alunos com deficiência. Este juízo deve partir do professor que atua com alunos com alguma necessidade especial. De nada adianta o ambiente estar adaptado se o docente não está preparado profissionalmente e psicologicamente para atuar com este aluno.

Briant e Olivet referem-se ao preconceito que existe no contexto escolar (2012 p.146), pois:

[...] para muitos professores o que prevalece em relação aos alunos com deficiência é a necessidade de cumprimento legal da matrícula desses alunos e a sua aceitação forçada no ambiente escolar, pois os professores veem poucas possibilidades de aprendizagem para esses alunos. Essas reflexões são importantes, pois a atitude e a posição que o professor ocupa frente à diversidade cultural, biológica, psicológica ou social de seus alunos tem papel decisivo em sua prática cotidiana.

Entendemos que, se o profissional tiver a preparação adequada, poderá desenvolver seu trabalho com qualidade e mais direcionado ao aluno com necessidade educacional especial (NEE). Ressaltamos ainda a importância do apoio dos gestores, da família e da escola como um todo, para que as possibilidades de atendimento ao aluno se ampliem, visando oportunizar maior assistência para seu desenvolvimento.

Para haver inclusão é preciso superar os obstáculos presentes na carreira dos professores, começando pela formação desses profissionais. A formação acadêmica inicial não pode ser considerada somente como suficiente. É preciso continuamente capacitá-los a lidar com as diferenças na mesma sala de aula; ora com dificuldades no processo de aprendizagem, ora com alunos com necessidades especiais.

Carvalho (2010, p. 119) cita que:

as dificuldades não se localizam no portador em si, mas estão na disponibilidade, por todas as escolas, dentre outros, dos recursos humanos, tecnológicos, financeiros, indispensáveis para a remoção de barreiras para aprendizagem.

Neste sentido, é fundamental repensar a formação continuada dos docentes que trabalham com alunos que possuem algum tipo de necessidade especial, pois o professor tem um papel importante na inclusão e no trabalho a ser realizado com esse aluno. É necessário também, que haja um olhar mais apurado para este

cenário de inclusão por parte do poder público e de todos os envolvidos com educação, visando superar as barreiras que possam estar impedindo as aprendizagens, ou até mesmo a inclusão propriamente dita.

Segundo Carvalho (2010, p.119) destaca que:

Alguns alunos, mesmo sem apresentarem incapacidade intelectual, sensorial ou emocional graves, isto é, sem nenhuma causa orgânica específica, manifestam dificuldades de aprendizagem transitórias, mas que podem se tornar permanentes, gerando-se as deficiências circunstanciais. Estas se consolidarão se não receberem o atendimento educacional escolar de que necessitam e/ou se as demandas de seu grupo familiar forem significativas em relação à entrada na força de trabalho.

Deste modo, o trabalho educacional precisa levar em conta as diversas realidades inseridas na sala de aula. Trata-se, pois, de uma atividade a ser desenvolvida tanto no aspecto quantitativo como no qualitativo. Ou seja, deve ser um trabalho que atenda com mais qualidade a demanda e as diferenças dos alunos. Assim sendo, fica para os profissionais da educação a necessidade de se qualificar sempre mais para desempenhar seu trabalho.

A inclusão, dentro das escolas regulares, precisa dar conta, de desenvolver atividades que venha ao encontro da inserção, não apenas dos alunos com NEE, mas de todos os alunos que foram excluídos ao longo da História da Educação no Brasil. Tem-se aqueles que nunca frequentaram uma escola, os que têm dificuldade na aprendizagem, os povos indígenas e os diferentes grupos raciais, os ciganos e os marginalizados. Este momento de transição da educação faz com que toda a comunidade escolar possa se tornar inclusiva, desde os gestores, os funcionários, os professores, e as famílias de todos que frequentam a escola.

Uma escola, para atender esse conjunto de demandas, precisa estar preparada, garantindo o cumprimento dos critérios de acessibilidade e acesso a materiais pedagógicos adaptados. Desta forma, as leis de inclusão passam a ser executadas de fato e não apenas no papel.

Dentro dessa perspectiva, podemos considerar que o desafio da inclusão veio para qualificar os profissionais da educação. Assim, garante-se formação e condições de trabalho que os deixem mais seguros ao desenvolver uma prática pedagógica comum para todos e, ao mesmo tempo, oportunizar o atendimento à diversidade e às diferenças individuais. Ao qualificar seu trabalho, o professor

poderá possibilitar as condições necessárias para uma aprendizagem significativa para todos os alunos.

A partir da pesquisa bibliográfica realizada, pode-se perceber que ainda há uma incerteza que permeia a educação e os profissionais que nela atuam. Oliveira e Silva (2011, pg. 3), já discorriam sobre o assunto, e citam Anjos, Andrade e Pereira (2009) ao considerar que:

na medida em que esses alunos chegam à sala de aula exigem dos professores novas “capacidades” e “modos de pensar” sobre o processo de ensino e aprendizagem, e como resultado de uma precária formação inicial e insuficiente ou inexistente formação continuada, esses professores não conseguem ensinar essas crianças.

É possível observar, o clima de insegurança que ronda a educação especial. Por isso é que se faz necessário que, no município de São Marcos, a educação especial tenha um norte a seguir, principalmente no que no se refere a formação continuada dos docentes, a inclusão dos alunos, e o trabalho a ser realizado. Para Mantoan e Prieto (2006, p. 24): “a inclusão é, ao mesmo tempo, motivo e consequência de uma educação de qualidade e aberta às diferenças”. A aceitação dessas diferenças que os autores citam é a porta principal para a entrada da verdadeira inclusão na rotina das escolas.

No momento em que aceitamos o diferente, trabalharemos em prol de um bem maior, a felicidade e o progresso de todos os inseridos no contexto educacional.

3. DA TEORIA A PRÁTICA DA INCLUSÃO

Através das pesquisas bibliográficas e de campo que realizamos podemos auferir que a inclusão é muito mais do que matricular o aluno com necessidade especial em uma escola regular. É superar barreiras e expectativas no dia a dia. Desta forma, é indispensável saber a diferença entre inclusão e integração. Urbanek e Ross (2011, p.61-62) esclarecem esta diferença:

basicamente, a diferença entre inclusão e integração é simples: na inclusão, é a escola que tem que estar preparada para acolher os alunos; na integração, é o aluno que tem de se adaptar às exigências da escola. Inclusão é estar com o outro, na integração é estar junto ao outro (que não necessariamente significa compartilhar ou aceitar).

Compreender a diferença entre inclusão e integração é importante, pois a partir dela, do posicionamento que a escola, que o docente tomar, ficará mais claro,

saber, se ambos estão sendo verdadeiramente inclusivos. A partir do entendimento entre esses dois termos, o professor pode colocar em prática a teoria que tanto estuda, e assim traçar caminhos específicos na educação especial, pois nem sempre a teoria está diretamente ligada à prática.

A partir da percepção histórica, podemos observar o quanto o movimento da inclusão dentro das escolas no ensino regular no Brasil, demorou a acontecer. Ele inicia com a Convenção dos Direitos Humanos (1948), acompanhado da Constituição Federal Brasileira (1988), além de numerosos documentos internacionais como a Declaração de Salamanca e Convenção das Pessoas com Deficiência e, atualmente, a Política da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva produzida pelo Ministério da Educação em 2008, e regimentada pela Resolução N^o04/2009. Monteiro (2012, p. 60), exemplifica bem esta “demora”:

Enquanto em outros países já na década de 1950 discutia-se a qualidade do atendimento especializado, fazendo desabrochar as reflexões que levaram ao movimento da inclusão, no Brasil a preocupação maior estava na criação de mais classes especiais nas escolas públicas, pois quase sempre elas funcionavam à parte de tudo o que ocorria na instituição. A segregação ainda se fazia presente, mesmo com as classes dentro das escolas. A integração do aluno portador de necessidades especiais numa turma regular constituía uma luta dolorosa no cotidiano das instituições de ensino, que apresentavam inúmeras resistências.

Esses dados históricos se confirmam ainda mais, quando observamos o quadro 1 que apresenta alguns aspectos referentes ao histórico da inclusão. Segundo Monteiro (2012, p.60), esse é importante ser analisado para entender a realidade da inclusão brasileira na atualidade:

Quadro 1 – Comparativo sobre o histórico da inclusão no contexto mundial e no Brasil

Contexto mundial	Brasil
Abandono: primeiro momento histórico, que vai até o século XVII, marcado pela negligência total e ausência de qualquer tipo de atendimento.	Abandono: durou mais tempo no Brasil, com total ausência de atendimento até o século XIX.
Institucionalização: segundo momento, que vai até o século XIX; acompanha o advento do cristianismo, com a concepção da caridade e piedade espiritual; com isso ocorre a criação das instituições, marcadas pela segregação e proteção integral.	Institucionalização: inicia-se muito lentamente, com a criação de duas instituições de referência no País, o Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos, em 1854.
Grandes Escolas Especiais: terceiro momento, que vai até o século XX, ainda há segregação, mas surge o atendimento especializado e a preocupação com o desenvolvimento do portador.	Grandes Escolas Especiais: surge na década de 50 a Sociedade Pestalozzi do Brasil que, junto com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), é responsável pela divulgação e por transformações importantes em todo o País, aumentando o interesse e instigando a criação de outras instituições filantrópicas e privadas.

Integração; concomitantemente à existência das Grandes Escolas ocorre a criação de classes especiais em escolas regulares e o início da inclusão. Defende a educabilidade do portador.	Integração: ocorre com o aumento da criação de classes especiais nas escolas públicas, que vão crescendo conforme também vai aumentando a escolarização para as classes populares. No final do século XX inicia-se a integração de alunos portadores de necessidades especiais nas turmas regulares. Esse movimento é marcado pela adaptação, esforço e desempenho do aluno portador para se enquadrar no sistema de ensino.
--	--

Fonte: Monteiro (2012, p.60)

Na década de 80, através da constituição federal do Brasil de 1988, no Artigo 208 – inciso III é que, pela primeira vez, surge a defesa do “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino”. Porém, a melhoria da qualidade de ensino para as necessidades especiais foi efetivada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDBEN), Lei nº 9. 394/96 que promoveu a Educação Especial.

A LDB, no seu capítulo V, entende por educação especial “a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996). A partir desse momento, sentiu-se, então, a necessidade de capacitar os professores da rede pública, pela responsabilidade que estes têm em relação ao trabalho a ser desenvolvido com estes alunos. As formações deveriam abordar questões voltadas para o bom convívio e atendimento destes alunos, bem como aos processos de aprendizagens e adaptações nos diferentes ambientes escolares. Entretanto, para que isto realmente ocorra, é preciso ir muito além da simples capacitação para que o professor saiba lidar com esta demanda de educandos.

Salientamos ser de suma importância que toda a comunidade escolar esteja engajada, repensando e fazendo alterações no projeto político pedagógico, para que estes alunos se sintam envolvidos. Para que a inclusão se efetive, deve-se compreender o contexto da escola, como esta funciona, o seu currículo, a pedagogia que norteia a sua ação educativa, bem como seu processo avaliativo, a fim de realizar modificações que reduzam as diferenças e possíveis insucessos dos alunos, pois, desta forma estará se pensando em todos.

A inclusão torna-se, assim, um momento e um espaço para se repensar a nossa existência de uma maneira ampla, pensando no outro e aceitando as diferenças de cada um. O professor, neste contexto, deve ter além do conhecimento, um olhar apurado para conseguir perceber as necessidades do aluno.

Segundo Castro e Freitas (2006, p. 5), “com a inclusão os professores estão aprendendo a ver que cada aluno possui as suas particularidades, que o aluno não é somente mais um em sala, e sim “outro”. Desta forma, é indispensável que estes professores sejam qualificados para melhor desempenharem seu papel frente à inclusão, que está chegando cada vez mais as suas salas de aulas.

4. A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

A formação continuada dos professores precisa capacitá-los para que sejam capazes de superar os desafios da inclusão. O professor, neste sentido, é visto como um mediador do conhecimento que será ministrado para seus alunos através de práticas pedagógicas planejadas e direcionadas para atender a todos dentro de suas especificidades. Ela pode acontecer de várias formas: (1) na própria sala de aula, onde existe a troca e na interação com os alunos, pois “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 2000, p. 23); (2) entre os seus colegas professores, através da socialização das práticas pedagógicas; ou ainda (3) em palestras, seminários, congressos e cursos oferecidos por universidades, centros culturais e até mesmo Organizações Não Governamentais (ONGS).

No município de São Marcos, no que se refere à formação, acontece anualmente o Seminário da Educação e o da Educação Inclusiva. Esta atividade possui 40 horas e é composto de palestras. O mesmo é realizado pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE). É oferecido a toda comunidade escolar (professores, gestores, pais, etc.), sendo que a despesa fica a cargo da pessoa que deseja fazer, portanto, não é obrigatório.

A APAE também proporciona encontros bimestrais ou trimestrais para os professores e gestores que possuem alunos inclusos, oferecendo informações e palestras sobre as síndromes e/ou doenças, com os profissionais que atuam na instituição.

Acreditamos que a formação continuada dos professores é um direito dos profissionais, porém, a formação oferecida atualmente ainda permanece muito superficial, não suprimindo as verdadeiras necessidades dos docentes. Sabemos que

o sistema tem por dever oferecer as formações apropriadas aos mesmos, para saber lidar com as dificuldades que surgem no caminho que a educação “tece” a cada dia.

Segundo Abreu e Silva (2011, p.24):

A formação continuada, por sua vez, é dever dos sistemas de ensino. Essa determinação está explicada no Artigo 67 da LDB n. 9394/1996 (BRASIL, 1996a); assim, estados e municípios devem garantir o aprimoramento contínuo dos professores que integram seus sistemas de ensino. Essa formação terá um caráter de aprimoramento e atualização profissional, inclusive no próprio horário de trabalho. Por meio dessa contínua formação, o profissional realiza cursos e estudos que levam ao aperfeiçoamento técnico. No caso do professor, esse processo é essencial para a qualidade do trabalho desenvolvido e para a sua valorização, afinal, segundo Freire (1996, p. 58), “ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, a gente se forma, como educador, permanentemente, na prática e na reflexão da prática”.

Desta forma, segundo Nóvoa (2002, pg. 23): “o aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como a gente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente”. Diante disso, o professor pode promover estratégias para que o aluno supere seus limites a cada dia, tornando a sua estadia na escola mais independente e interessante. Pequenos avanços podem ser grandes conquistas na vida de alunos.

Por intermédio da formação continuada é possível discutir a educação e repensar o processo ensino e aprendizagem. É uma forma de mudar não só o discurso, mas também a prática do professor. Macedo (2005, p. 52) discute que o professor também deve estar disposto a fazer as formações continuadas, pois, nada avançará, se o sistema oferecer e se os profissionais não aderirem.

[...] se nós professores, não colocarmos na pauta de nossa vida pessoal e profissional a questão do aprender continuado, nossa competência de ensinar pode ficar cada vez mais insuficiente, obsoleta. Isso não significa reduzir o professor a um bom aluno, mas reconhecer que para sermos bons professores temos que incluir em nossa agenda de trabalho nossa condição de alunos. Alunos no sentido de estarmos abertos para o desconhecido, que se dispõem a ampliar os recursos de sua formação, que têm consciência de que não sabem tudo e que, por isso, investem em seu constante aprimoramento pessoal e profissional.

Briant e Olivet (2012, p. 142) destacam ainda que:

[...] a necessidade de formação dos professores para educação inclusiva e a falta de preparo para assumir a responsabilidade de promover a aprendizagem e participação de alunos com necessidade educacionais especiais, já foi estudada por diversos autores como Martins (2006), Vitaliano (2007), Hummel (2007), Beyer (2003). Tais

autores constataram as dificuldades e falta de preparo dos professores para promover a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais e enfatizaram a necessidade da formação continuada para atender à diversidade das experiências e demandas dos estudantes em sala de aula. Na prática, encontramos ainda professores despreparados para essa realidade e com falta de uma rede de apoio para desenvolver o seu trabalho com qualidade.

Os autores defendem não só a formação continuada, mas também a garantia de apoio a esses professores que estão recebendo esses alunos com NEE. Também não adianta os mesmos reconhecerem que precisam de formação específica se a mesma não é ofertada. Segundo Monteiro (2012, p. 61)

A realidade da escola ainda é configurada pela carência de recursos pedagógicos e pela fragilidade dos professores em lidar com as diferenças na aprendizagem dos alunos, sendo que aqueles que apresentam algum tipo de descompasso no processo são chamados de alunos portadores de “dificuldades de aprendizagem”, quando o que ocorre, na verdade, são “situações pedagógicas de não aprendizagem”.

Essa dificuldade dos professores se dá pela falta de oferta de formação continuada, deixando os profissionais inseguros, mostrando que, mais uma vez, a formação pode suprir essa continuidade no processo de ensinar e aprender.

Atrelado a isso, surge à necessidade de se ter assegurado o direito a qualificação permanente e a uma rede de apoio a este docente, para que o mesmo tenha condições de garantir o bom desempenho do seu trabalho.

Neste sentido, viabilizar a criação de um plano Municipal de Educação Especial, é proporcionar tanto para aluno com NEE, quanto para os professores que possuem alunos inclusos, a verdadeira oportunidade de incluir os mesmos “de corpo e alma” na escola e na sociedade como um todo. Vemos a escola como o primeiro espaço social que o indivíduo conquista por si próprio. É neste lugar que ele poderá fazer amigos, criar afinidades, vencer barreiras, tornando-se, assim, cada vez mais autônomo e exercendo a sua cidadania.

5. A NECESSIDADE DE UM PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Com base nos estudos bibliográficos realizados, que destacam a importância da inclusão, da formação continuada dos professores, da rede de apoio aos mesmos, das escolas tornarem-se cada vez mais inclusiva, nos reportamos a educação do nosso município de São Marcos, com isto percebemos a ausência de um plano para atender a demanda da educação inclusiva.

Desta forma, pesquisamos a Resolução CME Nº 019/2010, do Conselho Municipal de Educação de Caxias do Sul, município vizinho a São Marcos que trata (CME, p.11):

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo garantir o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular, orientando para a transversalidade da Educação Especial, o atendimento educacional especializado, a continuidade da escolarização, a formação de professores, a participação da família e da comunidade, a acessibilidade e a articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

Portanto, entende-se que se faz necessário a implantação de um Plano de Educação Especial no Município de São Marcos. A partir da elaboração e implantação do plano, o município passará a enquadrar-se no movimento da esfera mundial que tem sido defendido nas últimas décadas, e adequar-se à Política Nacional e à legislação vigente emitida pelo Conselho Nacional de Educação.

O município tem atualmente 1308 alunos matriculados nas escolas municipais de ensino fundamental, sendo 739 nos anos iniciais e 569 nos anos finais. Entre estes, temos a presença de 39 alunos inclusos no ano de 2016, segundo dados obtidos junto a Secretaria Municipal de Educação (SMED).

Com essas informações, percebemos um número significativo de alunos que reforçam a importância de haver uma lei específica para atender esta demanda. Além disso, deve-se levar em conta a verdadeira necessidade de capacitação dos professores que tem, tiveram ou que terão alunos incluídos nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

6. METODOLOGIA

A proposta metodológica deste estudo é de caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa busca uma concepção particular daquilo que se estuda, o foco da atenção é centrado no específico, alçando questões que podem gerar futuras investigações, colaborando para o entendimento da educação e áreas afins, permitindo ampliar o tema e o objeto desta. Esse tipo de pesquisa, valoriza o ser humano, estimula os entrevistados a pensarem sobre a sua prática e os faz refletirem sobre assuntos

importantes da sua vivência profissional. Para a coleta de dados, fez-se uso de um questionário.

O local escolhido para a realização da pesquisa foram cinco escolas do ensino fundamental do município de São Marcos, como segue na caracterização:

Escola A: situa-se num bairro, mais retirado, de periferia, recebe os alunos no turno integral. Atende da Educação Infantil ao 5º Ano à tarde e do 6º ao 9º Ano pela manhã. Número Total de alunos – 164, Anos iniciais – 121. Possui seis alunos inclusos, frequentando o Atendimento Educacional Especializado (AEE), com Deficiência Intelectual.

Escola B: encontra-se num bairro mais central, porém atende alunos do interior e de bairros periféricos. Tem três turnos de atendimento aos alunos que vai da Educação Infantil ao 9º Ano, tanto de manhã como a tarde e a modalidade EJA para o Ensino Fundamental. Número Total de alunos – 393, Anos iniciais – 189. Possui 18 alunos inclusos, frequentando o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e os mesmos possuem Deficiência Intelectual, Física, Baixa Visão, Múltipla, Cegueira, Síndrome de Down, Autismo e Espinha Bífida, sendo que quatro deles tem o acompanhamento do Agente Social.

Escola C: está situada no interior do município e atende os alunos de várias comunidades deste. Oferece dois turnos manhã e tarde, sendo que à tarde é oferecido da Educação Infantil ao 5º Ano e pela manhã do 6º ao 9º Ano. Número Total de alunos – 140, Anos iniciais – 81. Possui três alunos inclusos, com Atendimento Educacional Especializado (AEE), que possuem Baixa Visão, Transtorno Desintegrativo da Infância, Deficiência Intelectual.

Escola D: esta localizada mais na área central do município e oferece atendimento a comunidade escolar, nos dois turnos, manhã e tarde da Educação Infantil ao 9º Ano. Atende também alunos oriundos de bairros vizinhos. Número Total de alunos – 336, Anos iniciais – 199. Possui seis alunos inclusos com Atendimento Educacional Especializado (AEE) que possuem: Transtorno Desintegrativo da Infância, Deficiência Intelectual, Atraso Global do Desenvolvimento Psicomotor, Distúrbio Metabólico, Autismo. Sendo que dois deles necessitam do acompanhamento dos Agentes Sociais.

Escola E: localiza-se num bairro de nossa cidade, e atende alunos de bairros vizinhos e do interior também, nos dois turnos, manhã e tarde. Oferece nestes da Educação Infantil ao 9º Ano. Número Total de alunos – 275, Anos iniciais - 159.

Possuem seis alunos inclusos, com Atendimento Educacional Especializado (AEE) que possuem Autismo, Deficiência Física, Múltipla, Diplegia- Paralisia Cerebral Espástica. Sendo que três necessitam de Agente Social.

A pesquisa foi desenvolvida com 35 docentes destas escolas, que lecionam em classes regulares dos anos iniciais (de 1º ano a 5º ano). .A investigação foi realizada de 21 de março a 01 de abril de 2.016. Os questionários foram entregues pessoalmente a cada professor com a explicação do intuito da pesquisa, do sigilo e respeito as respostas obtidas.

Na indagação realizada com os docentes do município de São Marcos, na pergunta um: “Você acredita que a inclusão está realmente acontecendo em nossas escolas? Sim. Não.

Dos professores questionados, 72,41 % deles responderam que a inclusão não está realmente acontecendo em nossas escolas. 13,79% responderam que acontece em parte, outros 13,79% disseram que a inclusão está realmente acontecendo, no entanto 13,33% fizeram as seguintes observações:

“está acontecendo, mas que deveria ser de maneira diferente”. (Professora do 2º ano, com 26 anos de atuação, da escola B).

“de forma mascarada, pois muitos professores não conseguem desenvolver trabalho adequado com essas crianças”. (Professora do 4º ano, com 29 anos de atuação, da escola D).

Perante deste cenário podemos entender que, na opinião da maioria dos professores, a inclusão ainda não está acontecendo como deveria, que a falta de conhecimento e preparo dos mesmos está sendo por vezes um empecilho à inclusão propriamente dita. Desta forma percebemos que estamos “atrasados” na questão da inclusão, não só na esfera municipal, mas no Brasil como um todo. Portanto, as pessoas que possuem necessidades educacionais especiais deveriam acima de tudo serem respeitadas e ter seus direitos preservados como ser humano. Assim irá existir uma verdadeira inclusão que é o que a lei determina.

Na questão dois: Você se sente preparado para trabalhar com alunos de inclusão? Sim. Não.

Obtivemos como resultado: 94,73% dos professores disseram não se sentir preparados para trabalhar com alunos de inclusão. A partir destes dados, percebemos que é quase unânime o sentimento de insegurança e despreparo para atuar com estes alunos. Briant e Olivet (2012 p. 142) complementam:

[...] a falta de preparo dos professores para promover a aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais e enfatizaram a necessidade da formação continuada para atender à diversidade das experiências e demandas dos estudantes em sala de aula. Na prática, encontramos ainda professores despreparados para essa realidade e com falta de uma rede de apoio para desenvolver o seu trabalho com qualidade.

Nas escolas pesquisadas, podemos ver que essa dualidade está presente, pois ora observamos relatos de práticas inclusivas, ora de práticas totalmente excludentes. A inclusão é um processo de transformação, e como tal está apenas iniciando nas escolas.

Na pergunta três: Você já trabalhou ou trabalha com algum aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)? Sim. Não. Qual?

Dos professores pesquisados 86,20% já trabalharam ou trabalham com alunos que possuam necessidades educacionais especiais (NEE). Como observado, a maioria dos profissionais já trabalhou com algum aluno de inclusão, demonstrando assim, que a prática docente deve ser repensada e aprimorada para melhor atender esta demanda. Aceitar o diferente é primordial, pois a diversidade é algo presente em todos os espaços. Por isso temos que estar preparados para conviver da melhor forma possível com as diferenças que são muito positivas, pois são elas que compõem o mundo. Segundo Alves (2012. pg. 30,31): “É na escola, no contexto de trabalho, que os professores enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho, com isso, vão promovendo mudanças pessoais e profissionais”.

Para a pergunta quatro: “Você considera ser importante ter formação continuada para professores que possuem alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)? Sim. Não.

Obtivemos que 93,10% dos professores pesquisados demonstram interesse em se qualificar para trabalhar com alunos deficientes. Dentre os professores que foram pesquisados, somente dois declararam não achar importante a formação continuada para docentes que possuem alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Para a maioria dos professores pesquisados a formação continuada é fundamental. Por meio dela o professor pode repensar a sua prática e ampliar as possibilidades em relação ao aluno com necessidade educacional especial (NEE). Com isso, o profissional vai se “aperfeiçoando” para trabalhar com os alunos inclusos e acaba suprindo uma necessidade que faltou ou que não foi suficiente durante a graduação.

Segundo Briant e Oliver 2012, p. 149:

A necessidade de formação continuada é uma realidade para todos os professores e não só para aqueles que trabalham com alunos com deficiência. A proposta de Educação para Todos traz uma discussão, que envolve a melhoria da qualidade de ensino para Todos os alunos.

Para a questão cinco: Existe Plano Municipal de Educação Especial em São Marcos? Sim. Não. Não sei.

Do total de professores, 3,44% responderam que sim, 34,48 % disseram que não e 62,06% disseram não saber se existe um plano Municipal de Educação Especial no município de São Marcos. Percebeu-se que os professores estão confusos sobre a legislação que cerca os alunos com necessidades educacionais especiais (NEE). Diante disso, observamos que, quando se trata de inclusão, além das incertezas, existe, também, a desinformação que traz ainda mais dúvidas para os profissionais.

O entendimento que temos diante destas informações é o de que os profissionais estão distantes desta realidade, muitas vezes desinformados, vivendo em um mundo de aparências. Na teoria os alunos estão inclusos, mas percebemos que na prática esta inclusão de fato não acontece. O modo como se está incluindo, acaba acarretando perdas neste processo para aluno, o professor e até mesmo os colegas que teriam uma oportunidade ímpar de aprender a colaborar, a ser solidário e de entender um pouco mais desta realidade da pessoa com NEE.

Diante da pergunta: Você considera importante que seja implantado um Plano Municipal de Educação Especial para o município de São Marcos? Por quê?

Dos professores entrevistados 96,55% responderam que sim, com as mais diferentes justificativas, mas a maioria versando em torno do “aporte” aos professores que trabalham com estes alunos. Como nas falas a seguir:

“Sim, porque atualmente os professores não possuem amparo para trabalhar com esses alunos. A rede possui AEE, porém, o contato com esses profissionais é falho, não se tem troca, simplesmente atendimento para as crianças. Particularmente acho importante a inclusão, pois, no momento que as crianças vivem com outras crianças, a experiência é mútua. Porém o professor se sente frustrado em não conseguir dar atenção necessária ao aluno”. (Professora do 4º ano com 29 anos de atuação, da escola D).

“Creio que seja muito importante, pois percebo profissionais despreparados, sem apoio porque para trabalhar com alunos com NEE tem que primeiramente gostar e aprender a lidar com frustrações. E já que a inclusão faz parte do currículo escolar se faz necessária adequar leis municipais de amparo aos profissionais”. (Professora do 3º ano com 2 anos de atuação, da escola

Entendemos que o trabalho realizado foi de suma importância, pois, através do questionário realizado, podemos perceber a insegurança que o professor enfrenta neste cenário de descobertas.

Reforçamos a importância e necessidade da formação continuada, como uma forma do professor repensar a sua prática e ampliar as possibilidades de executar o seu trabalho pedagógico, a fim de atender ao aluno com necessidade educacional especial (NEE).

Com base na análise dos dados coletados, compreendemos, também, que a implantação de um Plano de Educação Especial no cenário municipal, será muito importante. Este servirá como um aporte para o professor que, através do mesmo, terá mais subsídios legais e oportunidades de formações específicas garantidas para trabalhar com alunos inclusos. Desta forma, espera-se ampliar as oportunidades do aluno com NEE.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expectativa inicial foi superada, pois podemos perceber que o assunto é mais complexo do que parecia. Os autores apresentados mostram que a inclusão ainda é algo novo no cenário educacional e que estamos em processo de quebra de paradigmas em relação à inclusão.

Não podemos negar que a educação inclusiva é desafiadora até para o profissional mais experiente, pois cada aluno é único, independente de ter deficiência ou não.

Ensinar respeitando as diversidades é fazer com que o aluno se sinta autor do seu aprendizado, é fazer a diferença na vida deste aluno com necessidade especial imerso a essa nova realidade.

Acreditamos que, se para o aluno que está sendo incluído é um caminho de descobertas, para o professor também é desafiador, pois incluir é antes de tudo acreditar no potencial e as individualidades desses alunos. Por isso, de nada adianta uma formação continuada se não for bem planejada e contextualizada.

Compreendemos, assim, que estudar sobre inclusão é “repensar a nossa existência de uma forma ampla, pensar no outro e aceitar as diferenças de cada um”.

REFERÊNCIAS

ABREU, D. C.; SILVA, M. M. **Tópicos Avançados de Educação**. Curitiba: Editora Fael, 2011.

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. 7. Ed. Porto Alegre: Ed Mediação, 2010.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; Freitas, Soraia Napoleão. **A inclusão de alunos com síndrome de down: as representações sociais dos professores**. Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, SC - Julho/2006.

BRASIL. **Lei n.9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 29/03/2016.

BRASIL. **Lei n. 13.146/15**, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146. Acesso em: 29/03/2016.

BRIANTI, Maria Emília Pires; OLIVERII, Fátima Corrêa. **Inclusão de crianças com deficiência na escola regular numa região do município de São Paulo: conhecendo estratégias e ações**. IN: REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. Rev. bras. educ. espec. vol.18 no. 1 Marília Jan./Mar. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382012000100010>. Acesso em 29/03/2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MACEDO, L. **Ensaios pedagógicos: como construir uma escola para todos**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. ARANTES, Valéria Amorim, organizadora. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MONTEIRO, F.D. **Apostila IPR de Conhecimentos Gerais para Concurso do Magistério do Estado do Rio Grande Sul**. Santa Cruz do Sul, 2012.

NÓVOA, Antônio. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa 2002.

SILVA, Maria do Carmo Lobato da; Oliveira, Marinalva Silva. Eixo temático: 2 - Políticas de Educação básica e de Formação e gestão escolar. **Os reflexos da política de formação de professores para educação inclusiva: um estudo sobre**

a concepção de professores para mediar conhecimentos em crianças com síndrome de down – Universidade Federal do Amapá/NEC/UNIFAP. 2011.

URBANEK, D.; ROSS, P. **Educação Inclusiva**. Curitiba: Editora Fael, 2011.